

A TEORIA LITERÁRIA MATERIALISTA DE PIERRE BOURDIEU: AUTONOMIZAÇÃO SOCIAL DAS LETRAS COMO DILEMA

[THE MATERIALIST LITERARY THEORY OF PIERRE BOURDIEU:
SOCIAL AUTONOMIZATION OF LETTERS AS A DILEMMA]

GABRIEL ESTIDES DELGADOⁱ

ORCID 0000-0002-1477-4977

Universidade de Brasília – Brasília, DF, Brasil

Resumo: O aparato conceitual do sociólogo francês Pierre Bourdieu, construído sobre uma análise das classes sociais ocidentais modernas, que alia-se à tradição materialista, é revisitado como contribuição fundamental para avaliarmos a teoria literária que Bourdieu escreveu já na maturidade, em *As regras da arte*. Sua objetivação da produção simbólica situa o processo de autonomização do campo literário, a partir do caso francês, como caminho crítico a se percorrer para o desvendamento formal das obras literárias.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu; campo literário; luta de classes; materialismo histórico.

Abstract: The conceptual apparatus of the French sociologist Pierre Bourdieu, built on an analysis of modern Western social classes, allied with the materialist tradition, is revisited here as a fundamental contribution to assess the literary theory that Bourdieu wrote at his maturity in *The Rules of Art*. Its objectification of the symbolic production places the autonomization process of the literary field, from the French case, as a critical path to be followed for the formal unveiling of literary works.

Keywords: Pierre Bourdieu; literary field; class struggle; historical materialism.

Introdução

Intentaremos testar de maneira detida a hipótese do teórico marxista Michael Burawoy (2010, p. 16), para quem o pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) constitui “tanto uma revisão como um complemento às obras de Marx”; isto porque, se “os elementos de uma teoria da ideologia permanecem fragmentários em Marx e Engels” (QUINIOU, 2000, p. 56), como comprova, ademais, a história editorial tortuosa d’*A ideologia alemã* (MARX e ENGELS, 2007)¹, na elaboração bourdieusiana as superestruturas logram “análise mais estrutural e funcional do que somente histórica” (BURAWOY, 2010, p. 16).

Dentre a carga ideológica deslindada longamente em toda a obra de Bourdieu, interessa-nos aqui, sobretudo, sua teoria literária, que articula com raro fôlego já na maturidade, em 1992, no livro *As regras da arte*. No entanto, as análises levadas a cabo – indicando a autonomização do campo literário francês no Segundo Império (1852-1870) a partir da poética de Gustave Flaubert – derivam de um aparato conceitual sociológico prévio, que, não por acaso, fora construído por Bourdieu sobre uma teoria geral das classes sociais que levava em conta centralmente a aferição de certa “competência cultural”, ligada à diferenciação social dos julgamentos do *gosto*. Nesse sentido, é preciso conjugar sua teoria da literatura à obra maior do autor, *A distinção: crítica social do julgamento*, de 1979, em que sedimenta de modo pormenorizado a dilemática societária econômica e cultural presente na França dos anos 1960 e 1970, avançando, entretanto, para um modelo teórico de abstração abrangente.

Veremos que o conceito de “capital” em Bourdieu abre-se em três flancos: o econômico, o cultural e o social. A partir de sua determinação variada, será possível proceder a uma socioanálise que contemple o conjunto de disposições dos agentes históricos, em um campo analítico de classes em que as práticas sociais (ou estilos de vida) tornam indisfarçável a precedência determinante de seus interesses. Mas o foco de Bourdieu, voltado às diferenças de consciência e prática das classes sociais francesas

¹ A obra, como se sabe, é inacabada e os fragmentos datam de 1845 e 1846. Para mais informações sobre sua edição ainda não definitiva, ver Enderle (2007, p. 17-19).

em *A distinção*, logrou ainda deter-se sobre campos sociais estritos, como o campo acadêmico – em *Homo academicus* (BOURDIEU, 2011) – e o campo literário. A respeito deste, o sociólogo reflete sobre as regras internas à produção literária de prestígio, ou, em seus termos, ao “subcampo de produção restrita”, cuja estrutura de rendimento simbólico mimetiza o quiasma caro à estrutura social geral, indicada em *A distinção*, qual seja: o antagonismo polar entre capital cultural e capital econômico, sendo tal antagonismo redobrado à medida que uma das duas espécies de capital é sobreacumulada, ou mesmo dirimido por agentes e meios que se caracterizam por combinar equilibradamente patrimônios cultural e econômico. Nesse sentido, obras de vanguarda ou que se pautem pela pesquisa formal distanciam-se do “subcampo de grande produção”, cujo conteúdo se dirige ao entretenimento e requer menor repertório e/ou investimento para sua leitura/decodificação. Se os lucros econômicos são marca deste último subcampo, os privilégios simbólicos são monopolizados pelas obras do polo de produção restrita, sendo voltados, inclusive, contra os agentes antagônicos enriquecidos.

Na conformação de um “campo” social, na história de sua constituição ou autonomização, fugas audaciosas são melhor remuneradas simbolicamente, e mesmo convertidas no futuro em capital econômico, mas seu êxito, que pode demorar para ser auferido, varia na proporção das chances – majoritárias – de fracasso. Nesse jogo, o inverso é mais crível, isto é, mais agentes seguirão a trilha dos prêmios ordinários, cujos lucros são pequenos, mas seguros; pouco contribuem, assim, para a expansão dos horizontes do campo e fazem rarear as fases heroicas de (re)fundação autonômica.

Como o determinismo acachapante da análise de classes fere o “mérito” e “valor” das frações dominantes, a objetivação dos constructos valorativos nos campos de produção simbólica é herética, na medida em que se distancia dos totens canonizados, refazendo a história de sua possibilidade.

A passagem à sociologia da cultura bourdieusiana ecoa a indicação de Karl Marx sobre os limites do entendimento filosófico (MARX e ENGELS, 2007, p. 429), o qual queria dissolver na economia: nesse itinerário, as ciências sociais soerguem-se com o desvelamento das atribuições terrenas; mas, como tentaremos mostrar, é preciso estar atento e evitar os caminhos que levam com rapidez ao positivismo. Apesar de não vermos tal inclinação em Bourdieu, falta ao sociólogo francês um “horizonte negativo”

(RODRIGUES, 2013, p. 16), que vislumbre além do ponto de estratificação social do regime burguês: apenas uma filosofia da história capaz de retirar os sujeitos de sua conflitualidade mais comezinha, apontando para a emancipação, impede que o conhecimento científico perca-se em quadros de aporia e na inocuidade. Com efeito, esperamos conseguir esboçar essa complementariedade fecunda entre o marxismo, os marxismos filosóficos e o ponto alto, para nós, da investigação sociológica no século XX.

Bourdieu: “materialista histórico”²?

O materialismo histórico que outrora combatia a filosofia burguesa, em um programa cuja pretensão era a volta incessante e definitiva à história e sua realidade, faz-se presente, de maneira sensível, na prática sociológica que revela os fundamentos reais da ação social. Em *A ideologia alemã*, em que “o materialismo histórico ganha o formato que terá no restante da obra” de Marx e Engels (SADER, 2007, p. 13), a dissolução da filosofia na economia indica a abertura a partir da qual as ciências sociais incipientes poderão soerguer-se frente às sublimações filosofantes:

[A] autonomização dos pensamentos e das ideias é uma consequência da autonomização das condições e relações pessoais dos indivíduos [...] a ocupação sistemática exclusiva com esses pensamentos [...] é uma consequência da divisão do trabalho e [...], principalmente, a filosofia alemã é uma consequência das condições pequeno-burguesas alemãs. Os filósofos teriam somente de dissolver sua linguagem na linguagem comum, da qual ela foi abstraída, para reconhecer que ela é a linguagem deturpada do mundo real e dar-se conta de que nem os pensamentos nem a linguagem constituem um reino próprio; que eles são apenas *manifestações* da vida real. (MARX e ENGELS, 2007, p. 429)

Na tentativa rigorosa de autonomização da disciplina sociológica – uma autonomização “científica”, que se quer distante de todo positivismo, mas que reconhece, outrossim, a necessidade estratégica de desenvolver uma rede taxionômica própria, como veremos –, Bourdieu aprofunda a teoria da ideologia que no clássico materialista logrou uma inflexão fundamental.

² Já é sólida a literatura que relaciona a vasta obra do autor francês ao marxismo. Ver, por exemplo, Michael Burawoy (2010); Yvon Quiniou (2000); Loïc Wacquant (1996a; 1996b; 2013); Alex Callinicos (1999); no Brasil, especialmente, Lidiane Rodrigues (2013) dedicou longa análise ao tema; também Luis Felipe Miguel (2014); Ruy Braga (2010), entre outros. As contribuições de Quiniou e Wacquant (1996a; 1996b) derivam de um dossiê publicado pelo periódico francês *Actuel Marx*, inteiramente voltado às correlações entre a obra de Bourdieu e o legado marxista.

Mas para que se fuja, de fato, a todo e qualquer positivismo, é preciso que tal processo se dê, à maneira hegeliana, por *suprassunção*, ou, em termos menos esotéricos, que a acumulação epistemológica não se deixe estorvar. É o que aponta com acuidade Fredric Jameson:

[S]urpreende-me que o “fim da filosofia”, proclamado por Marx, tenha sido sempre mal compreendido, seja com a noção de que a filosofia, em sua própria natureza, é idealista e deve ser substituída pelo materialismo, ou com a ideia de que a filosofia, como disciplina especializada e modo de pesquisa, devia ser substituída por outra disciplina especializada, na forma de economia ou ciência social, num sentido mais geral. Ao contrário, parece-me que almejando dissolver a filosofia, Marx tencionava atacar a própria categoria da disciplina especializada como tal e recuperar a unidade do conhecimento. (JAMESON, 1985, p. 226)

A consciência ampliada do “espaço teórico” em que se atua vai além do “ecletismo puro e simples” (BOURDIEU, 2004, p. 42; p. 44) e busca superar as dicotomias fabricadas, isto é, desvelar as condenações metodológicas que, não raro, fingem ignorar no sentido *ativo* “o que, muito simplesmente, se ignora”, transformando “a necessidade em virtude” (BOURDIEU, 1989, p. 25). O que a elaboração de Marx e Friedrich Engels representou no século XIX – desafiadora do *status quo* intelectual –, atinge, como veremos, força análoga na teorização bourdieusiana; mesmo que para isso seja necessária a contestação do contestador, isto é, essa figura que, à esquerda nas lutas político-ideológicas, não raro logra posições dominantes no campo de produção intelectual restrita. Sem que essa possibilidade de (auto)crítica esteja sempre aberta, corre-se o risco de esterilizar o conhecimento transformador, enrijecendo-o como mais um expediente de afirmação opressiva no sistema capitalista das trocas desiguais (materiais e simbólicas).

A distinção: um mapa para a luta de classes

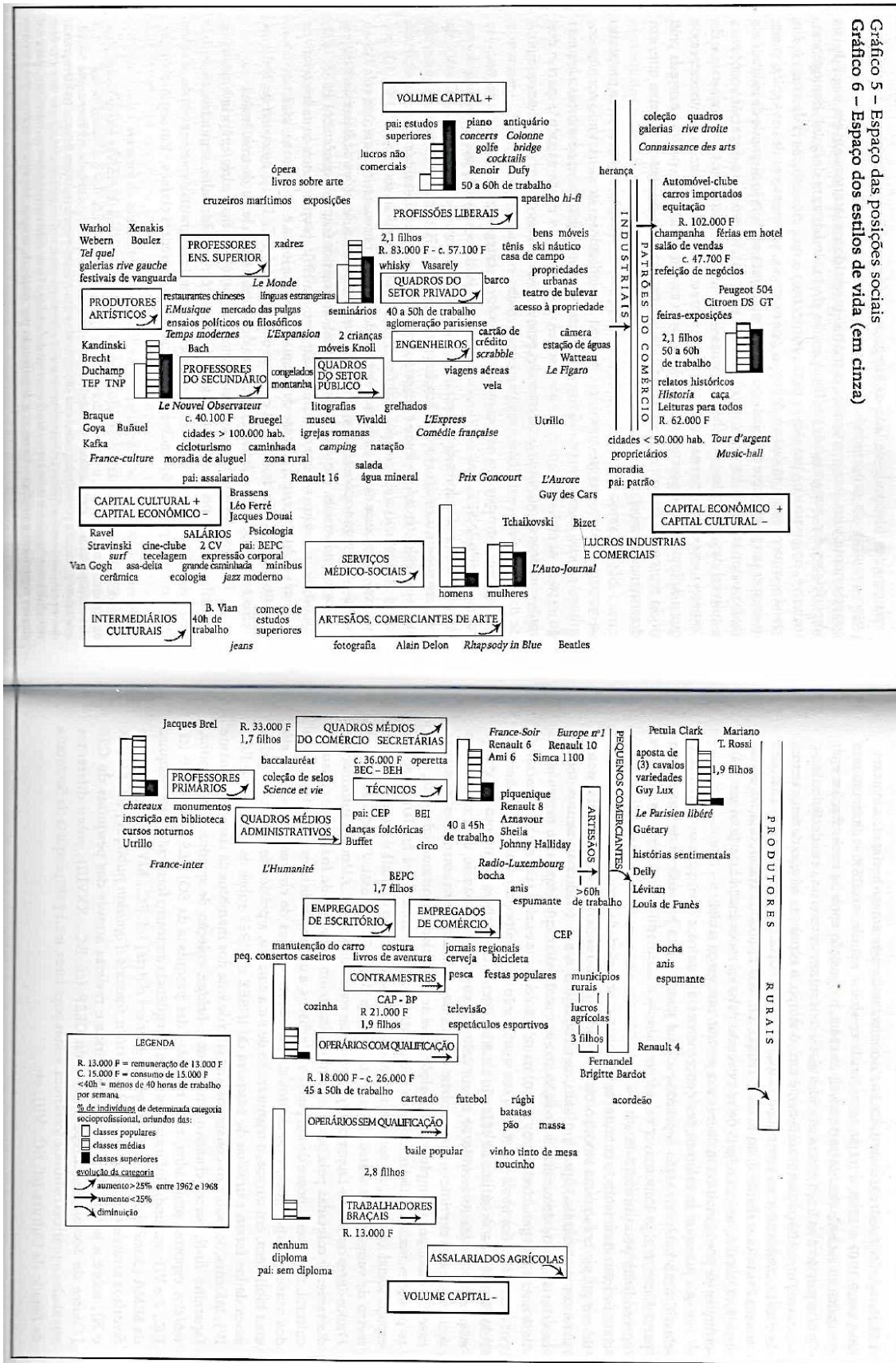
A contribuição deixada por Bourdieu ao nosso objeto de estudo – isto é, às relações entre literatura e sociedade, e, mais internamente, à elaboração poética das assimetrias sociais – deve-se à importância que o sociólogo conferia à diferenciação simbólica das classes sociais. Em *A distinção* erguerá o que consideramos ser uma das mais completas abordagens já feitas em teoria das classes sociais. Baseando-se em ampla pesquisa empírica da sociedade francesa dos anos 1960 e 1970, em que combina

análise estatística, entrevistas em profundidade e observações etnográficas para mapear taxas de competência cultural nas diversas classes e frações de classes, Bourdieu elaborou uma complexa teoria da sedimentação de disposições capazes de situar socialmente aqueles que são seus depositários.

A empreitada culmina em um mapa social cujas leis – e, sim, a gravidade dos determinismos é acachapante – respondem ao volume e estrutura (distribuição/organização composicional) de capitais – econômico, cultural e social – que é particular a cada grupo social e indivíduo. Bourdieu pôde observar que os agentes, em luta por recursos muitas vezes escassos, buscavam sempre privilegiar “a espécie de capital de que se está mais bem provido” numa luta pela “imposição do princípio de dominação dominante” (BOURDIEU, 2007, p. 291). Dessa maneira, o espaço das posições sociais cindiu-se entre os mais providos e os mais carentes dos três tipos de capitais essenciais. No polo de baixo, assalariados em geral (e também os subproletários), não agraciados com o horizonte profissional e social – e aí incluem-se a competência técnica ou cultural e a renda econômica – destravado por diplomas escolares e/ou heranças culturais ou econômicas. No polo de cima, os profissionais liberais (médicos e advogados, por exemplo), os profissionais da cultura (artistas, professores universitários, entre outros) e os industriais, financistas ou patrões do comércio.

Mas a descrição das diferenças primárias – “aquelas que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência” (superiores, médias e populares) e “encontram sua origem no *volume global do capital* [...] como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis” (BOURDIEU, 2007, p. 107) – não basta para aproximarmos da complexidade do mundo social em análise; nesse esboço grosseiro há nuances centrais, que valem o esforço de aprofundamento. De modo que cada polo no espaço das posições tende a cindir-se de novo, mas agora horizontalmente (já que o volume *global* de capital permanece estável, isto é, alto ou baixo dependendo do polo em tela), de acordo com a estrutura composicional de capitais que a trajetória de cada sujeito define. Para uma visualização *espacial* do modelo teórico, é imprescindível ver o mapa, reproduzido abaixo (imagem 1), que os dados franceses perquiridos por Bourdieu originaram.

Imagem 1: Espaços das posições sociais e dos estilos de vida (BOURDIEU, 2007, p. 118-119).



Há, no polo superior, em que todos são proprietários ou proprietários em potencial, diferença no grau de investimento que cada capital deve receber. Por questão de tempo e herança familiar, o agente melhor provido de bens econômicos (imóveis ou monetários) distancia-se “naturalmente” do investimento cultural ou acadêmico e mantém seu capital social – isto é, as relações em rede que, de modo recíproco, facilitam a conversão lucrativa do tipo de capital em estoque – em linha com o “espaço dos possíveis” que frequenta. Do outro lado no campo das classes dominantes – e este é o lado dos dominados entre dominantes³ –, a elite cultural tem sua renda vinculada à capacidade técnica que os títulos de nobreza cultural (escolar ou de origem familiar) atestam. Se há tal dependência, seus investimentos, de tempo, sobretudo, duplicam-se sobre o que os diferencia, afastando-os, outrossim, de maneira “lógica”, do acúmulo econômico que demandaria, inclusive, outra qualidade de capital social.

Da mesma forma, entre os dominados, as variações possíveis definem-se na aferição do volume global de capital estocado bem como na sua estrutura composicional, que são projeções de uma trajetória passada e serão projetados como “potencial” futuro. Tais variações relacionam-se com o espaço geográfico ocupado: no caso, por exemplo, de pequenos produtores rurais, o investimento econômico sobrepor-se-á a qualquer tentativa de ilustração que a cidade acabaria por demandar de sua prole (BOURDIEU, 2007, p. 114). É que o desenho físico e mental dos espaços percorridos é resultado da luta pelo princípio legítimo de dominação, resultado dos interesses dos agentes que os ocupam, palco de *habitus* em polêmica, de “estilos de vida” incorporados e demandantes.

Para restituir, tão completamente quanto possível, as condições sociais de produção do *habitus*, convém considerar [...] que uma *trajetória social* representa a *combinação* da evolução, no decorrer da vida do *ego*, do volume de seu capital que pode ser descrito, *de modo bastante grosseiro*, como crescente, decrescente ou estacionário, do volume de cada uma das espécies – tributárias das mesmas distinções – portanto, da estrutura do capital (um volume global constante pode dissimular uma transformação da estrutura) e, do mesmo modo, do volume e da estrutura dos patrimônios paternos e maternos, além de seus respectivos pesos sob suas diferentes espécies – por exemplo, dessimetria em favor do pai no tocante ao capital econômico e em favor da mãe relativamente ao capital

³ Os intelectuais, por exemplo. São dominados entre dominantes posto que seu volume *global* de capitais é inferior, mas também pelo domínio e prestígio superlativos – bem como todo tipo de conversão lucrativa que permitem – do capital econômico e do capital social de base econômica no capitalismo de nossos dias.

cultural, ou o inverso, ou equivalência –, portanto, do volume e da estrutura do capital dos avós paterno e materno. (BOURDIEU, 2007, p. 517-518)

É notável como tal programa de análise aproxima-se da biografia de Flaubert que o último Jean-Paul Sartre, materialista, escreveu. Na esquematização inicial de *Questões de método* (2002), posteriormente desenvolvida em *O idiota da família*, o filósofo francês empreendia uma aproximação da matéria que, em muitos momentos, assume a objetivação *sociológica* do que analisa sem que a encare negativamente como redução. Sartre alerta que a conjunção entre realismo literário e idealidade artística, responsável por afastar o estilo flaubertiano tanto dos naturalismos transparentes que rejeitava (veja-se por exemplo, na pintura, um Courbet⁴), mas, *ao mesmo tempo*, impedir que a referencialidade fosse subjugada – movimento contraditório cuja solução, que se poderia chamar *realismo artístico*, fundamenta, hoje, a fama de Flaubert, isto é, sua *distinção* ou diferença –, deve ser procurada na tensão familiar entre o pai – cirurgião pequeno-burguês e filho da Revolução Francesa, cujo “espírito” racional e científico era saliente como as dissecações que mantinha em seu laboratório –, a mãe – aparentada com a nobreza, a partir de quem Flaubert, quando criança, sofre uma influência “elevada”, divisa os “mitos sintéticos da religião” (SARTRE, 2002, p. 110) e as pompas da monarquia que pretendia renascer –, e os irmãos – a mais nova, morta precocemente, experiência tanto mais forte na medida em que o ateísmo do pai reprimia as sublimações possíveis ao filho; e o mais velho, “brilhante aluno na Faculdade de Medicina” (SARTRE, 2002, p. 56), transformado logo em objeto de aversão, caminho de mediania dourada do qual Flaubert queria-se distante. O resultado dessa particularização, em Flaubert, de trajetórias historicamente definidas, diz Sartre, “devia se unir em uma atitude complexa [...]. A mistura explosiva de cientificismo ingênuo com religião sem Deus [...] que ele tenta superar pelo amor da arte formal” (SARTRE, 2002, p. 57). Mais tarde, em *As regras da arte*, será a vez de Bourdieu analisar o estilo flaubertiano, chegando a conclusões próximas, como veremos.

Voltando ao modelo teórico proposto em *A distinção*, temos, na “segunda dimensão”, o deslocamento conforme a espécie de capital de que se está melhor ou pior provido, e, portanto, o movimento se dá, como o mapa reproduzido mais acima aponta,

⁴ Na comparação bourdieusiana n’*As regras da arte*: Gustave Courbet, “*mutatis mutandis*, está um pouco para Manet como Champfleury para Flaubert” (BOURDIEU, 1996, p. 116).

no eixo horizontal do polo analisado: ou maior acúmulo de patrimônio cultural ou de capital econômico ou mesmo o equilíbrio entre as duas espécies (é o caso, por exemplo, dos profissionais liberais, cuja composição do capital global costuma ter fontes mais ou menos similares nos patrimônios cultural e econômico, sem que se distingam, no entanto, pelo super-acúmulo de uma espécie ou outra). As diferenças em segundo grau, portanto, permitem sondar as *frações de classe* cuja “estrutura patrimonial”, ou forma “de distribuição de seu capital global entre as espécies de capital” (BOURDIEU, 2007, p. 108), varia de modo constituinte.

Nesse arsenal teórico que será indispensável à análise promovida por *As regras da arte*, outro conceito importante é o de “campo social”. Os diferentes campos surgem de capitais específicos que devem inter-relacionar agentes mais ou menos providos daquela “riqueza”. Hierarquizam-se nessa assimetria e seus expedientes, formalmente e por diferenciação, nutrem-se de tal desnível. É o caso do campo literário francês, em formação – autonomização – no século XIX, que discutiremos em breve como modelo de uma teoria literária bourdieusiana.

Por ora, basta indicar que o *habitus* – derivativo das estruturas de classe incorporadas – só é inteligível em conjunção com o campo social em que atua e no qual polemiza na busca pela conversão lucrativa do patrimônio em estoque. Não há *habitus* sem a história pretérita de sua sedimentação, e, portanto, tanto a liberdade quanto a criação individuais são ilusionismos que não passam de reestruturações, audaciosas ou não, do campo em que se está condicionado a participar e investir.

As disposições de classe saturadas no *habitus* vão definir desde a postura corporal à dieta e percepção de gosto. Tal diferenciação tem a ver primariamente com a “distância da necessidade” lograda pelo agente (BOURDIEU, 2007, p. 13).

O princípio das diferenças mais importantes na ordem do estilo de vida [...] reside nas variações da distância objetiva e subjetiva ao mundo, a suas restrições materiais e urgências temporais. A exemplo da disposição estética que é uma das suas dimensões, a disposição distante, desligada ou desenvolta em relação ao mundo ou aos outros, disposição que mal se pode designar por subjetiva já que ela é objetividade interiorizada, só pode se constituir em condições de existência relativamente desembaraçadas da urgência. A submissão à necessidade que [...] leva as classes populares a uma “estética” pragmática e funcionalista, recusando a gratuidade e a futilidade dos exercícios formais e de toda espécie de arte pela arte, encontra-se, também, na origem de todas as escolhas da existência cotidiana [...] que impõe a exclusão, como se tratasse de “loucuras”, das intenções propriamente estéticas. (BOURDIEU, 2007, p. 352-353)

É possível divisar no trecho acima a complexidade de variáveis que devem ser levadas em conta quando se pensa o mundo social. Isso porque, dentre muitos outros expedientes de reprodução social, um dos mais esquivos é talvez o mais central: aquele que transforma a necessidade em virtude. Não só responsável, por exemplo, pelo ascetismo da classe média estabelecida (veja-se no Max Weber d' *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*), ou pelo pragmatismo dos pobres, inclui as lutas pelo princípio legítimo de dominação nas quais se digladiam, *nos extremos* do polo social superior, ricos incultos e eruditos depauperados.

As regras da arte: autonomização mediada da forma literária

Para voltarmos à discussão e ao empenho de integração da sociologia de Bourdieu ao marxismo, vimos que, irmanado ao pensamento materialista na denúncia das “falácias escolásticas” e de sua distância “das relações e das práticas do mundo concreto”, o autor francês “elaborou o que Marx deixara sem elaborar, a saber, as chamadas superestruturas sociais” (BURAWOY, 2010, p. 15-16). No entanto, como notou com argúcia o filósofo Yvon Quiniou (2000, p. 56-57), a tradição que se apoderou das intuições originais de Marx e Engels, “para compreender nesse terreno as obras intelectuais ou estéticas”, não raro naufraga no esquematismo – na “redução ao contexto”. De modo alternativo, o sociólogo francês vai além, posto que não apenas rebate a obra analisada sobre o contexto sócio-histórico e sociopolítico: indica a especificidade *mediada* de sua produção.

Uma obra pertence em primeiro lugar a um “campo” próprio, que tem suas leis específicas de produção, e ela só pode ser relacionada ao contexto sócio-histórico pela sua inscrição nesse campo, mediatamente, portanto, sem que se possa considerá-la como um simples “reflexo” de interesses sociais. (QUINIOU, 2000, p. 57)

O programa não é fácil e privilegia a autonomia da obra e o sedimento formal ali expresso. Para realizá-lo, Bourdieu toma como objeto analítico a emergência do campo literário francês no Segundo Império (1852-1870) – período *heroico* de autonomização – e, posteriormente, propõe um modelo de seu *estado* no final do século XIX – no qual ergue-se, como veremos, uma *estrutura dualista*.

A diferenciação cultural – uma expansão do mercado dos bens culturais (BOURDIEU, 1996, p. 74) –, que permitirá a constituição de um campo literário autônomo⁵ na França e nos demais países por ela influenciados, reage à expansão industrial e às “fortunas dos novos dominantes, industriais a quem as transformações técnicas e os apoios do Estado oferecem lucros sem precedentes e que por vezes não passam de especuladores”; e reage à forte proporção de homens de negócios no Corpo Legislativo, fato instaurador de “ligações íntimas entre o mundo político e um mundo econômico que progressivamente se vai apoderando da imprensa, cada vez mais lida e cada vez mais rendosa” (BOURDIEU, 1996, p. 69). A esse triunfo construído sobre o sangue dos insurrectos de 1848 – cujo resultado foi “uma mudança radical no seio da ideologia burguesa”: o humanismo liberal e o otimismo pré-1848 dão lugar ao anti-humanismo (OEHLER, 2004, p. 13) –, Napoleão III corresponde com a exaltação da arte conformista, sensível à burocracia instalada que o sobrinho de Bonaparte queria fidelizar.

Estamos longe das sociedades eruditas e dos clubes da sociedade aristocrática do século XVIII ou mesmo da Restauração [1814-1830] [...] quer se trate da dependência direta perante o comanditário [...] ou [...] da fidelidade a um mecenas [...]. Trata-se doravante de uma [...] *subordinação estrutural*, que se impõe muito desigualmente aos diferentes autores segundo sua posição no campo, e que se institui através de duas mediações principais: por um lado, o mercado, cujas sanções ou imposições se exercem sobre as atividades literárias ou diretamente, através dos números de vendas, o número de entradas etc., ou indiretamente, através dos novos postos oferecidos pelo jornalismo, a edição [...] e todas as formas de literatura industrial; por outro, as relações duradouras, assentes nas afinidades de estilo de vida e de sistema de valores, que [...] unem pelo menos uma parte dos escritores a certas frações da alta sociedade, e contribuem para orientar as generosidades do mecenato de Estado. (BOURDIEU, 1996, p. 69-70)

A generosidade estatal transfigurava-se em “política deliberadamente hostil” quando em matéria de poesia romântica, boêmia e/ou rebelde. Havia “as perseguições contra os editores como Poulet-Malassis, que publicara toda a vanguarda [...], designadamente Baudelaire, Banville, Gautier, Leconte de Lisle, e que foi levado à falência e condenado à prisão por dívidas” (BOURDIEU, 1996, p. 70). Sem querer entrar na filigrana conjuntural que Bourdieu ergue em sua análise do Segundo Império, cuja documentação n’*As regras da arte* é extensa e detalhada, cumpre apontar que o quadro brevemente esboçado, de expansão/diferenciação econômica e cultural, que

⁵ Evidentemente que tal autonomia é sempre *relativa*.

amplia as cicatrizes sociais deixadas pela transição da classe dominante à sua fase apologética, vai desenhando os limites e as trincheiras do campo literário francês, do qual o sociólogo almeja extrair invariantes mais ou menos estruturais à dinâmica social tal como conhecemos hoje no mundo ocidentalizado.

A ocasião é igualmente, por afluxo de um contingente populacional jovem que chega a Paris ou provém das classes médias e populares da capital, de emergência da “nova intelligentsia proletaróide”, como Bourdieu (1996, p. 38; p. 74-76; p. 289), inspirado em definição de Weber, nomeia essa camada social sem fortuna e sem relações (capital social), chamando a atenção para sua tendência voluntarista ou aspiracional. As oposições afirmam-se segundo a trajetória e a estrutura patrimonial dos sujeitos que interagem, mecanismo detalhado na leitura anterior d’*A distinção*. Entre o conformismo altamente rendoso da arte burguesa e o furor esteta, capaz de aguentar-se social e economicamente frente às sanções mercadológicas, sociais e políticas, posicionar-se-ão, por vezes oscilantes, segundo a conjuntura, produtores com volumes globais de capital divergentes.

Não obstante, as grandes revoluções artísticas, responsáveis, entre outros feitos notórios, por desligar a religião da arte, laicizando o escritor e seu público (SARTRE, 1999, p. 69), não provêm, como destaca Bourdieu (1996, p. 137), nem dos temporalmente dominantes, que “nada têm a objetar a uma ordem que os consagra”, nem tampouco dos “simplesmente dominados, cujas condições de existência e cujas disposições representam muitas vezes uma condenação a uma prática rotineira da literatura e que podem servir de tropa tanto aos heresiarcas como aos zeladores da ordem simbólica”. Neste ponto, é central o papel de Gustave Flaubert na economia teórica d’*As regras da arte*. Por meio da leitura detida d’*A educação sentimental* (2009), o quadro que o esteta francês pinta das desilusões da geração de 1848 é desvelado através das lutas internas ao campo que ele, como ninguém, estava em condições de alçar a outro patamar autonômico.

Como não supor que a experiência política desta geração, com o malogro da Revolução de 1848 e o golpe de Estado de Luís Napoleão Bonaparte, seguido pela longa desolação do Segundo Império, tenha desempenhado o seu papel na elaboração da visão desencantada do mundo político e social que caminha a par do culto da arte pela arte? Esta religião exclusiva é o último recurso daqueles que recusam a submissão e a demissão. (BOURDIEU, 1996, p. 80)

A burguesia francesa (e as europeias, no geral), com o massacre dos operários parisienses insurrectos⁶, ficava, finalmente, obrigada a reconhecer, como lembra Roberto Schwarz (2012, p. 177-178) aludindo às clássicas interpretações marxistas, o “particularismo do próprio interesse” e mais, percebe que “seus recursos intelectuais e morais, forjados em nome do Homem, isto é, contra o feudalismo, agora haviam se voltado contra ela própria e serviam ao seu novo inimigo”. Por conseguinte, é nessa condição histórica, das mais agudas da sociedade moderna, que Flaubert cunhará um *estilo* e uma *posição*, até aquele momento, segundo Bourdieu, inéditos. A incrível homologia com seu protagonista – Frédéric Moreau – é o ponto de partida para Bourdieu. Reconhecerá na indeterminação social desse personagem tão caro a Flaubert – Moreau é incapaz de fazer render a fortuna que herdou, tornando-se burguês falhado e recusando também, na outra frente, suas veleidades artísticas, nunca completamente *assumidas* – não, como de costume, “uma dessas projeções complacentes e ingênuas de gênero autobiográfico”, mas, pela própria restituição do campo de poder em que Flaubert se situava enquanto modelo imanente ao espaço social descrito em *A educação sentimental*, como “uma operação de *objetivação de si*, de auto-análise” e, portanto, de “socioanálise”: “Flaubert separa-se de Frédéric, da indeterminação e da impotência que o definem, no próprio ato de escrever a história de Frédéric, cuja impotência se manifesta, entre outras coisas, pela sua incapacidade de escrever, de se tornar escritor” (BOURDIEU, 1996, p. 46).

Ao mundo burguês que se lhe oferece na condição de ser herdado pela própria herança, Frédéric opõe além da divisão *adolescente* entre a arte e o dinheiro, uma trajetória de declínio econômico (que converte em renúncia pretensamente eletiva [BOURDIEU, 1996, p. 50]). Ao contrário, o criador de Frédéric já há muito livrara-se

⁶ Para mais informações a respeito, é necessário consultar, de Karl Marx (1977), “As lutas de classes na França de 1848 a 1850”. Vale a pena reproduzir, por imprescindível, uma de suas sínteses sobre a conjuntura: “Ao transformar a sua sepultura em berço da *República burguesa* [a Segunda República – 1848-1852], o proletariado obrigara esta [...] a manifestar-se na sua forma pura, como o Estado cujo fim confessado é eternizar a dominação do capital e a escravidão do trabalho. Tendo constantemente diante de si o seu inimigo, cheio de cicatrizes, irreconciliável e invencível – invencível, porque a sua existência é a condição da própria vida da burguesia –, a dominação burguesa, livre de todas as peias, tinha de converter-se em *terrorismo burguês*. E uma vez eliminado provisoriamente da cena o proletariado e reconhecida oficialmente a ditadura burguesa, as camadas médias da sociedade burguesa, a pequena burguesia e a classe camponesa, à medida que a sua situação se tornava mais insuportável e se aguçava o seu antagonismo com a burguesia, tinham de unir-se cada vez mais ao proletariado. Do mesmo modo que antes encontraram no ascenso deste a causa das suas misérias [ajudando com furor a calá-lo em junho de 1848], agora tinham de encontrá-la na sua derrota” (MARX, 1977, p. 131).

da ambivalência depositada em seu herói. Recusado o destino banal e dourado do irmão mais velho, como visto mais acima, dedica-se ao ofício com “o rigor de uma disciplina de vida e de trabalho extremamente restrita” que, se pressupõe certa abastança (novamente, o tempo!), exige igualmente de Flaubert o celibato, sendo característica, antes, do cientista e do erudito (BOURDIEU, 1996, p. 137). Essa impaciência com limites sociais e estéticos – e o sociólogo cita sempre o par que Charles Baudelaire faz com nosso autor – voltará a elaboração formal sobre si mesma, exigirá autonomia frente à diversidade disponível de discursos; fruto de disposições aristocráticas, “associadas frequentemente a uma origem social privilegiada”, mas fortemente marcada pela época do terrorismo burguês (nas palavras de Marx), tal “intolerância altaneira perante qualquer compromisso com o século” – negação de um ponto de vista narrativo que remetesse à palavra do pai, em conjunção contraditória com o total desprovimento “de ilusões acerca do ‘povo’” – sustentará, outrossim, a “invenção de uma nova personagem social, a do grande artista profissional” (BOURDIEU, 1996, p. 137-138).

Tal programa estético movia-se tanto contra o realismo que ignora sua verdadeira matéria, a linguagem (Bourdieu cita Champfleury), quanto contra a idealidade artificial dos representantes da “Arte Pura” (Bourdieu cita Théophile Gautier e depois dele os parnasianos); tinha por tarefa a “colisão dos opostos” e não sua simples conciliação (apaziguadora; temperada; enfim, pequeno-burguesa). O fenômeno, de que Sartre, como vimos, já notara as consequências com acurácia, foi responsável pela recepção crítica equivocada das obras flaubertianas, e particularmente d’*A educação sentimental*. Recepção esta que aplicava aos romances do escritor justamente “os princípios de divisão” que sua poética havia levado à falência (BOURDIEU, 1996, p. 120-121).

A posição difícil, de deslocamento e “solidão absoluta”, faz avançar como nenhuma outra problemáticas comuns que, no entanto, restavam estanques e socialmente servis aos grupos em que se dividiam. Ainda hoje, com efeito, debatem-se progressismos políticos e sociais que são esteticamente conservadores e estéticas avançadas perdidas no mar deprimido do reacionarismo.

N’*A educação sentimental*, a exigência escritural que quase leva Flaubert à loucura é a mesma que constrói cenas antológicas do terrorismo burguês parisiense, como a que expõe a ignomínia do Senhor Roque, cuja riqueza nova (era filho de um criado), baseada em expedientes espúrios, requeria da filha – Louise Roque – que

desposasse Frédéric, aparentado, pelo lado materno, à nobreza... (FLAUBERT, 2009, p. 242). Vale a pena, apesar de sua longa extensão, transcrever o trecho, certamente o mais forte do romance, que se passa da noite do dia 26 para 27 de junho de 1848:

Foram, em geral, implacáveis. [...] Era o medo que extravasara. Vingavam-se [...] dos jornais, dos clubes, das concentrações populares, das doutrinas, de tudo quanto era motivo de exasperação, havia três meses [...]. O Senhor Roque tinha-se tornado valente, quase temerário. Tendo chegado a Paris no dia 26 [...], juntara-se aos guardas nacionais acampados nas Tulherias; e ficou muito contente por ser posto de sentinela [...]. Ali, pelo menos, tinha-a debaixo de si, àquela canalha! [...] [U]m adolescente [...] pôs-se junto às grades, pedindo pão. [...] O Senhor Roque [...] [p]ara meter medo, apontou-lhes a arma; e, empurrado até à abóboda pela multidão que o asfixiava, o adolescente, de cabeça deitada para trás, gritou uma vez mais:

– Pão!

– Pronto, aqui o tens! – disse o Senhor Roque, disparando a arma.

[...] À beira da selha via-se apenas uma coisa esbranquiçada. Depois disso, o Senhor Roque voltou para casa; porque possuía, na Rua Saint-Martin, [...] um apartamento; e os prejuízos que a insurreição causara à fachada do seu prédio não tinham deixado de contribuir para o enfurecer. Pareceu-lhe, quando tornou a vê-la, que tinha exagerado os danos. O seu ato há pouco apaziguava-o, como se fosse uma indenização. [...] O dono da pensão em frente trouxe a sopa. Mas o Senhor Roque tinha sofrido uma emoção demasiado violenta [...] e à sobremesa teve uma espécie de delíquio. [...] Depois de metido na cama, [...] reclamou o maior número possível de cobertores, para suar. Suspirava e gemia.

– Obrigado, minha boa Catherine [criada]! Beija o teu pai, minha franguinha! Ah! Estas revoluções!

E, como a filha lhe ralasse por se preocupar tanto com ela a ponto de adoecer, ele replicou:

– Sim! Tens razão! Mas é mais forte que eu! Sou demasiado sensível! (FLAUBERT, 2009, p. 331-333)

O conteúdo, no auge da exasperação, não cede a arroubos emotivos que contaminem seu efeito; controlado por uma “vigilância extrema através da qual Flaubert controla a distância inerente à situação do narrador”, impedindo que sejam localizadas por vias demasiado diretas as projeções do pensamento autoral, dá origem a uma série de procedimentos estilísticos sobre os quais já se debruçaram, entre outros, Gérard Genette e Roland Barthes. É o caso do encadeamento do estilo direto, indireto e indireto livre; do uso repetido do “como se”; e do assíndeto generalizado, para citar apenas os mais salientes (BOURDIEU, 1996, p. 53-54).

Seja no caso da distância que o sujeito da narração imprime em relação ao objeto narrativo (via tipo discursivo); seja no desenho de quadros hipotéticos que geram suspensão (supositiva) e, outra vez, distância em relação às personagens, isto é, aos seus *prováveis* pensamentos (via “como se”); seja, enfim, na supressão das partículas de

ligação, que marca o recuo do autor e sua negativa de estabelecer cadeias causais (via assíndeto generalizado), ergue-se um edifício da impassibilidade narrativa, exercício de “equivocidade radical” (SCHWARZ, 2012, p. 179), que responde, assim como no caso de Baudelaire, ao descrédito da voz burguesa; descrédito esse que os dois autores estavam, no caso francês, melhor *posicionados* para enfrentar.

É assim que nas páginas d’*A educação sentimental*, para além do trecho que transcrevemos, Flaubert igualmente faz com que o herói, Frédéric, se retire de Paris bem no momento da insurreição para regalar-se em companhia de uma cortesã. As cenas – definitivas no que tangem à sua indeterminação social, aquela mesma que o esteta francês superou *na* escrita – são baseadas em descrição extensiva e plácida da natureza nos arredores da capital francesa (Fontainebleau). A caracterização dessa fuga covarde de Moreau é suplementada, ademais, por informações desencontradas que chegam de Paris e deixam no ar uma temeridade difusa (FLAUBERT, 2009, p. 315-327). “Burguês furiosamente antiburguês” (BOURDIEU, 1996, p. 138), Flaubert abre sua formulação de maneira a permitir “também a outra leitura, a reprimida, dando expressão [...] ao choque histórico” (SCHWARZ, 2012, p. 179).

O logro flaubertiano, tão importante ainda hoje a analistas das relações entre literatura e sociedade, alçou, de fato, o campo literário estudado por Bourdieu a outro patamar: àquele em que a autoconsciência e autorreflexividade constituem-se em peças fundamentais de autonomia frente ao espaço social – o do poder – em que operam. Sendo senhor da totalidade de posições com as quais polemizava em duras críticas e dominando seu capital específico “muito mais completamente do que os seus contemporâneos” (BOURDIEU, 1996, p. 126), Flaubert *encarna* pessoalmente uma lógica de independência que mais tarde será rotinizada, ainda que a cooptação e a vulnerabilidade façam-se presentes de maneira prática.

Os progressos do campo literário no sentido da autonomia são assinalados pelo fato da [...] hierarquia entre os gêneros (e os autores), segundo os critérios específicos do juízo dos pares, ser quase exatamente inversa da hierarquia segundo o sucesso comercial. Isto por contraste com o que se observava no século XVII, quando as duas hierarquias tendencialmente se confundiam, sendo os mais consagrados dos homens de letras, sobretudo os poetas e eruditos, os mais bem-dotados de pensões e benefícios. (BOURDIEU, 1996, p. 140)

Voltado, portanto, agora, à lógica de reconhecimento específico, em um trabalho que deve se dar mais sobre a tradição artística e literária do que sobre qualquer outra variação heteronômica concorrente, o campo literário segue reagindo às pressões vindas das camadas populares que ascendem em capital cultural: o naturalismo encabeçado por Émile Zola é seu corolário, assim como as exaltações espiritualistas – a poesia simbolista e o romance psicológico, por exemplo – tentam fazer frente a esse movimento (que, no entanto, entra em crise quando desaparecem as condições que “tinham favorecido o acesso de novas categorias sociais ao consumo e, paralelamente, à produção” [BOURDIEU, 1996, p. 154-155]). O campo que se estabelece, dispõe de seus materiais – os usos especiais da língua – numa chave de diferenciação que opera no interior dos gêneros literários. Conforme a explicação de Bourdieu:

[D]esenvolve-se no interior de cada gênero, um setor mais autônomo – [...] uma vanguarda. Cada um dos gêneros tende a clivar-se num setor de pesquisa e num setor comercial [...]. Este processo de diferenciação [...] é acompanhado por um processo de unificação do conjunto dos gêneros, isto é, do campo literário, que tende cada vez mais a organizar-se em torno de oposições comuns, por exemplo, nos anos de 1880, a do naturalismo e do simbolismo: com efeito, cada um dos setores opostos de cada subcampo [...] tende a tornar-se mais próximo do setor homólogo dos outros gêneros [...] do que do polo oposto do mesmo subcampo. Por outras palavras, a oposição entre os gêneros perde parte da sua eficácia estruturante em benefício da oposição entre os dois polos presentes em cada subcampo: o polo da produção pura, onde os produtores tendem a ter por clientes apenas os outros produtores (que são também concorrentes) [...] [e] o polo da grande produção, subordinado às expectativas do grande público. (BOURDIEU, 1996, p. 147)

Nessa objetivação sociológica em que divisamos de imediato a situação brasileira contemporânea, bem como também de qualquer outro país com níveis razoáveis de diferenciação da produção cultural, o *setor de pesquisa* é o mais valoroso para o desenvolvimento do campo literário – isto é, para sua autonomia frente às coerções instrumentalizantes (autonomia essa que imprimirá velocidade de cruzeiro à transformação de materiais que antes, como vimos, prestavam contas a outros senhores). O que aí será revolucionado, na melhor das hipóteses – e, aqui, indicamos o quão raro é tal movimento –, mais tarde servirá, decerto, aos poderes temporais; a estes, a vulgarização dos experimentos é via renovada para a exploração e mistificação sociais. Claro que não podemos esquecer que o *setor de pesquisa* é dos mais eficientes em transformar sua necessidade em virtude. Como em Flaubert e Baudelaire, a instabilidade econômica, verdadeiramente amargada, é *ponte* para a contraposição virtuosa do

trabalho simbólico, numa espécie de “inversão imaginária da falência das ambições temporais” (BOURDIEU, 1996, p. 50). Com isso, queremos apenas deixar claro que o escrutínio atento das situações, ao invés de atribuir valor de maneira irrefletida e ser usado pelos objetos de análise, deve antes investigar as razões comezinhas dos investimentos grandiosos; caso neguemos proceder a essa objetivação, incluindo-a no resultado crítico, seremos, de igual maneira, agentes de mistificação; ou, pior, narcisos por procuração (BOURDIEU, 1996, p. 221).

Conclusão

A prática sociológica de Bourdieu, da qual vislumbramos momentos importantes, igualmente lutava por autonomizar-se, sobretudo a partir da criação de uma rede taxionômica própria, e, talvez, paradoxal e sensivelmente seja esse o seu calcanhar de aquiles, pois há nela, como notou Yvon Quiniou (2000, p. 47), o risco de que “a conflitualidade ou o princípio da divisão social designem uma espécie de ‘transcendental concreto’ ou de ‘invariante’ sobre qual a prática humana não poderia ter ascendência”. Por esses motivos que aprofundam a questão emancipatória, ou, se se preferir, as relações entre teoria e prática, que Michael Burawoy (2010, p. 21) verá em Bourdieu um “marxismo embrionário”. Essa ausência de um “horizonte negativo” (RODRIGUES, 2013, p. 16) só pode ser destravada por uma filosofia da história que vislumbre além do ponto de estratificação social em que estamos, isto é, além do *regime de classes* e do modo de produção – o burguês moderno – que o originou e contém em si a sua superação, mesmo que nossas gerações estejam fadadas a não creditar à experiência atual toda transitoriedade ou contingência que marcam a evolução histórica (MARX, 2008, p. 48).

Da mesma forma, se coube à prática literária moderna expandir seu campo a partir de uma especificação formal cada vez mais irreduzível – numa inversão simbólica das opressões temporais que sempre sofrera –, não basta apenas transformar as próprias conquistas e a tradição por elas erguida em mediação principal de qualquer lance na sua história presente e futura. Pois a verdadeira dificuldade de uma teoria literária materialista é apenas nascente: não se esgota com a autonomia social das letras, antes

questiona seus fundamentos históricos e de classe, aferindo a cada passo a situação de luta.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand, 1989 [1987], p. 17-58.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Presença, 1996 [1992].
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Trad. Cássia da Silveira e Denise Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1987].
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007 [1979].
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Trad. Ione Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011 [1984].
- BRAGA, Ruy. Apresentação. In: BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas. Ed. Unicamp, 2010, p. 7-10.
- BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Org. Ruy Braga. Trad. Fernando Rogério Jardim. Campinas: Ed. Unicamp, 2010
- CALLINICOS, Alex. Social theory put to the test of politics: Pierre Bourdieu and Anthony Giddens. *New Left Review*, Londres, n. 236, p. 77-102, jul./ago. 1999.
- ENDERLE, Rubens. Sobre a tradução. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 17-19.
- FLAUBERT, Gustave. *A educação sentimental: história de um jovem*. Trad. Adolfo Casais Monteiro. São Paulo: Nova Alexandria, 2009 [1869].
- JAMESON, Fredric. *Marxismo e forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*. Trad. Iumna Maria Simon, Ismail Xavier e Fernando Oliboni. São Paulo: Hucitec, 1985 [1971].
- MARX, Karl. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, v. 3, 1977 [1850], p. 111-198.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008 [1859].
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do*

- socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MIGUEL, Luís Felipe. Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal: uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 98, p. 145-161, 2014.
- OEHLER, Dolf. O fracasso de 1848. In: *Terrenos vulcânicos*. Trad. Samuel Titan Jr. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 13-34.
- QUINIOU, Yvon. Das classes à ideologia: determinismo, materialismo e emancipação na obra de Pierre Bourdieu. *Crítica marxista*, São Paulo, v. 1, n. 11, p. 44-61, 2000 [1996].
- RODRIGUES, Lidiane S. Pierre Bourdieu: adversário aliado. In: 37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2013, Águas de Lindóia. Anais... Águas de Lindóia: ANPOCS, 2013. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st11/8452-pierre-bourdieu-adversario-aliado/file>>. Acesso em: 08 dez. 2020.
- SADER, Emir. Apresentação. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 9-15.
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 1999 [1948].
- SARTRE, Jean-Paul. *Questões de método*. In: _____. *Crítica da razão dialética: precedido por Questões de método*. Trad. Guilherme J. F. Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002 [1957], p. 19-123.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2012 [1990].
- WACQUANT, Loïc. De l'idéologie à la violence symbolique: culture, classe et conscience chez Marx et Bourdieu. *Actuel Marx*, Paris, n. 20, p. 65-82, out. 1996a.
- WACQUANT, Loïc. Notes tardives sur le 'marxisme' de Bourdieu. *Actuel Marx*, Paris, n. 20, p. 83-90, out. 1996b.
- WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 96, p. 87-103, jul. 2013.

Recebido em 16/12/2020

Aceito em 15/04/2021

ⁱ **Gabriel Estides Delgado** é Pesquisador de Pós-Doutorado (Capes/PNPD) no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília. Doutor em Literatura (UnB).
E-mail: gabrielestides@gmail.com